



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Brasília/2014



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria - TCU nº 175/2013, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa – TCU nº 02/2013 e das orientações do Órgão de Controle Interno.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	4
INTRODUÇÃO	5
1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR	7
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	7
QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
1.2 – FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	8
1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS:	12
QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO	12
QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS	13
QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS	15
QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS	16
QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO.....	17
3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	18
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	18
4 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	20
QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	20
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	21
QUADRO A.4.1.3.1. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	22
QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ.....	23
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	24
QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ.....	25
QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	26
5 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	27
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	27
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	28
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA -	29
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	29
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	30
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	31

9 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	32
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	32
QUADRO A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	33
11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	34
QUADRO A.11.2.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	34

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DBR	Declaração de Bens e Renda
EMBRATUR.....	Instituto Brasileiro de Turismo
FIFA.....	Fédération Internationale de Football Association
FINEP.....	Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério da Ciência e Tecnologia
ME.....	Ministério do Esporte
SECOM.....	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SNFDT.....	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
TAC.....	Termo de Ajustamento de Conduta

INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado com o objetivo de registrar as atividades da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT durante o exercício de 2013.

Dos Conteúdos Gerais e Contábeis a serem apresentados por esta Secretaria, não estão contemplados neste relatório, por não observância de ocorrências no exercício, os seguintes itens do da Portaria TCU N° 175 de 09 de julho de 2013:

a) Não se aplicam à UJ:

- Item 1.1.2 - Quadro A.1.1.2;
- Item 1.1.3 - Quadro A.1.1.3;
- Item 1.1.4 - Quadro A.1.1.4;
- Item 2.2.3.2 - Quadro – A.2.2.3.2;
- Item 3.3.2 - Quadro A.3.3.2;
- Item 3.3.3 - Quadro A.3.3.3;
- Item 3.3.4 – Quadro A.3.3.4;
- Item 3.4;
- Item 3.5;
- Item 3.6;
- Item 4.1.2 - Quadro A.4.1.2.1;
- Item 4.1.3;
- Item 4.1.3.3. - Quadro A.4.1.3.3;
- Item 4.1.3.4 – Quadro A.4.1.3.4;
- Item 4.1.3.6 - Quadro A.4.1.3.6;
- Item 4.1.3.7;
- Item 4.2.- Quadro A.4.2;
- Item 4.4.1 – Quadro A.4.4.1;
- Item 4.5.1 – Quadro A.4.5.1;
- Item 4.5.2 – Quadro A.4.5.2;
- Item 4.5.3 – Quadro A.4.5.3;
- Item 4.5.4 – Quadro A.4.5.4;
- Item 4.6.1.1 – Quadro A.4.6.1.1;
- Item 4.6.2.1 – Quadro A.4.6.2.1;
- Item 4.6.2.2 – Quadro A.4.6.2.2;
- Item 4.6.2.3 – Quadro A.4.6.2.3;
- Item 4.6.2.4 – Quadro A.4.6.2.4.1;
- Item 4.6.2.4 – Quadro A.4.6.2.4.2;
- Item 4.6.2.5 – Quadro A.4.6.2.5.1;
- Item 4.6.2.5 – Quadro A.4.6.2.5.2;
- Item 4.6.2.6 – Quadro A.4.6.2.6;
- Item 4.6.2.7 – Quadro A.4.6.2.7;
- Item 4.6.2.8 – Quadro A.4.6.2.8;
- Item 4.6.2.9 – Quadro A.4.6.2.9;
- Item 4.6.2.10 – Quadro A.4.6.2.10;
- Item 4.6.2.11 – Quadro A.4.6.2.11;
- Item 4.7.1 – Quadro A.4.7.1;
- Item 4.7.2 – Quadro A.4.7.2;

- Item 5.1.1.2. – Quadro A.5.1.1.2;
- Item 5.1.4.1 – Quadro A.5.1.4.1;
- Item 5.1.4.2 – Quadro A.5.1.4.2;
- Item 5.1.5.1 – Quadro A.5.1.5.;
- Item 5.1.5.2 – Quadro A.5.1.5.2;
- Item 5.1.5.3 – Quadro A.5.1.5.3;
- Item 5.1.5.4 – Quadro A.5.1.5.4;
- Item 5.2.1 – Quadro A.5.2.1;
- Item 5.2.2 – Quadro A.5.2.2;
- Item 5.2.3 – Quadro A.5.2.3;
- Item 5.2.4 – Quadro A.5.2.4;
- Item 5.2.6 – Quadro A.5.2.6;
- Item 6 da Parte A completo;
- Item 7 da Parte A completo;
- Item 8 da Parte A completo;
- Item 9.1.1 – Quadro A.9.1.1;
- Item 9.1.2 – Quadro A.9.1.2;
- Item 9.2.1 – Quadro A.9.2.1;
- Item 9.2.2 – Quadro A.9.2.2;
- Item 9.5 – Quadro A.9.5;
- Item 10 da Parte A completo;
- Item 11.2.2 – Quadro A.11.2.2;
- Item 11.5.1– Quadro A.11.5.1;
- Item 11.5.2 – Quadro A.11.5.2;
- Parte B completa;

b) Aplicam-se a UJ, mas sem ocorrências no exercício de 2013:

- Item 2.2.3.3 – Quadro A.2.2.3.3;
- Item 4.1.3.1 – Quadro - A.4.1.3.1;
- Item 4.1.3.2 - Quadro A.4.1.3.2;
- Item 4.1.3.5 – Quadro 4.1.3.5;
- Item 4.3.- Quadro A.4.3;
- Item 4.3.- Quadro A.4.3;
- Item 9.1.1 – Quadro A.9.1.1
- Item 9.1.2 – Quadro A.9.1.2
- Item 9.2.1 – Quadro A.2.1
- Item 9.2.2 – Quadro A.9.2.2

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor			
Denominação abreviada: SNFDT			
Código SIORG: 116538	Código LOA: 51101	Código SIAFI: 180.074	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Atividades de Regulação Esportiva			Código CNAE: 9319-1
Telefones/Fax de contato:	(61)-3217-9520	(61)-3217-9521	(61)-3217-9640
E-mail: toninho.nascimento@esporte.gov.br			
Página na Internet: http://www.esporte.gov.br/futeboldireitostorcedor			
Endereço Postal: SEPN Quadra 511 – Edifício Bittar, 3º Andar – CEP 70.758-900 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7529, de 21/07/2011, publicado no Diário Oficial da União em 22/07/2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte			
Decreto nº 7.784 de 7 de agosto de 2012, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do ME			
Regimento Interno do Ministério do Esporte – Portaria nº 92, de 17 de Julho de 2003			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para Segurança e Conforto em Estádios de Futebol			
Estatuto do Torcedor em Quadrinhos (Cartilha do Torcedor)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	Departamento de Gestão Interna		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Departamento de Gestão Interna		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
180002	00001		

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Criada pelo Decreto nº 7.529, de 21/07/2011, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT, sucedeu à Assessoria Especial de Futebol, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. A existência de uma estrutura dedicada exclusivamente ao futebol criou o espaço institucional necessário à formulação e à implementação de políticas que contribuem para o pleno desenvolvimento do futebol no Brasil.

Segundo um entendimento amplo da organização do futebol no país, os dois Departamentos têm atuação complementar e sinérgica: o desenvolvimento do futebol profissional não está restrito às potencialidades localizadas dentro de campo; ao contrário, abrange toda uma cadeia produtiva que inclui atores diversos como os clubes, federações, atletas e seus agentes, empresas licenciadas, empresas de comunicação, patrocinadores, consumidores e alcança ainda a defesa dos direitos do torcedor, visto que o respeito a tais direitos é condição essencial para que o futebol possa desenvolver-se plenamente como modalidade esportiva e como cadeia produtiva.

A SNFDT conta ainda com a Chefia de Gabinete, à qual compete à orientação à execução das atividades da Secretaria, além do apoio ao dirigente máximo da unidade, função cumprida também por sua Assessoria.

A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, cujo organograma encontra-se abaixo, está organizada sob divisão em dois Departamentos:

I Departamento de Futebol Profissional, ao qual compete a formulação e a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do futebol profissional e do futebol feminino;

Apoio ao desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino. Macroprocesso e seus produtos:

- a) Exposição do Cinquentenário da COPA DO MUNDO DE 1962, Chile, visando comemorar um dos grandes feitos do esporte brasileiro, aproveitando o período da Copa das Confederações de 2013, a exposição ocorreu no Teatro Nacional em Brasília/DF e teve bastante repercussão;
- b) Oficina de Treinamento em El Salvador de futebol feminino, a proposta de capacitação foi uma iniciativa de grande relevância, pois reforçou o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência. O evento contou com a participação de aproximadamente 450 meninas;
- c) Pagamento de prêmio aos campeões das Copas Mundiais Masculinas de 1958; 1962 e 1970, conforme determina os artigos 37 a 47 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, de um total de 52 jogadores o ME pagou até a presente data 38 jogadores;
- d) Apoio a Copa Libertadores de Futebol Feminino, no período de 27 de outubro a 07 de novembro de 2013, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Participaram as delegações de Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Peru, tendo sido Campeão o São José dos Campos/SP e Vice Campeão Formas Intimas da Colômbia;
- e) Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, realizado com apoio do Ministério do Esporte, da Caixa Econômica Federal e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, em setembro de 2013, o primeiro em 11 anos, com a presença de 20 equipes de 15 Unidades da Federação;
- f) Convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE visando à realização da I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub-17, realizado no período de 08 a 14 de dezembro de 2013, na cidade de Aracajú;

g) Constituição do Grupo de Trabalho com objetivo de debater melhorias para o desenvolvimento do Futebol Feminino, através da Portaria Ministerial nº 316 de 19 de dezembro de 2013.

II Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor, ao qual cabe incentivar a cultura de defesa dos direitos do torcedor, por meio de ações voltadas para a segurança e o conforto dos espectadores dos jogos, além de zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, mais especificamente da Lei nº 10.671/2003, o Estatuto do Torcedor.

Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor. Macroprocesso e seus produtos:

a) “Seminário Sul-Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol”, realizado na cidade de São Paulo, no Memorial da América Latina, nos dias 06 e 07 de junho de 2013, com a participação de mestres e pesquisadores de universidades, com excelência na prevenção da violência do futebol dos países sul-americanos: Brasil, Argentina, Chile, Espanha, Peru, Colômbia e Equador. Seminário Sul-Americano de Combate a Violência nos Eventos de Futebol, realizado na cidade de São Paulo/SP, nos dias 06 e 07 de junho de 2013, no Memorial da América Latina, foi o primeiro a ser realizado no Brasil, com a participação de mestres e pesquisadores sobre o tema.

Teve como principais objetivos: 1. Analisar as experiências e pesquisas de Países Sul Americanos sobre legislação, segurança e violência no futebol. 2. Dar continuidade a elaboração da Política Brasileira de Prevenção da Violência em Espectáculos Esportivos iniciada em março de 2003. 3. Produção e publicação de um livro com as contribuições dos convidados.

b) 2º Seminário Norte Nordeste das Torcidas Organizadas em Recife/PE, nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2013, 1º Seminário Centro Oeste de Torcidas Organizadas em Goiânia/GO, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, e 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas em São Paulo, nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2013. Esses seminários tiveram como objetivo a ampliação do dialogo entre Governo Federal e as torcidas organizadas visando à promoção da paz nos eventos de futebol.

c) Destacam-se a continuidade e o aperfeiçoamento de ações para a implantação da política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores. Neste segmento, a Comissão Especial de Estudos, no âmbito do Ministério do Esporte, constituída através da Portaria Ministerial nº 208, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2012, concluiu projeto de regulamentação da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, (Estatuto do Torcedor).

d) Com a reativação da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos – CONSEGUE, criada pelo Decreto 4.960/2004, foram realizadas reuniões com a finalidade de congregar esforços em grupo de trabalho interministerial, para o desenvolvimento de instrumentos e implementação de medidas que possam assegurar permanente melhoria e aperfeiçoamento das condições de segurança nos locais de práticas desportivas. A referida Comissão foi reativada através da Portaria Interministerial nº 305, de 07/12/2012, publicada no DOU de 10/12/2012.

e) O Grupo de Trabalho, constituído através da Portaria Ministerial nº 212, publicada no DOU de 13/09/2012, com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009. Foi realizado vistorias em 154 estádios em todas as Unidades da Federação para a classificação dos referidos estádios de futebol e aperfeiçoamento dos laudos técnicos, exigidos pelo Estatuto de Defesa do Torcedor.

f) Foram realizados os seguintes seminários de torcidas organizadas, com objetivo de ampliar o dialogo entre Governo Federal e as torcidas organizadas, visando à pacificação nos eventos de futebol e com participação de dirigentes de torcidas, representantes das Polícias Militares, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Federações de Futebol, Ministério Público e imprensa especializada:

2º Seminário Norte Nordeste de Torcidas Organizadas, nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2013, na cidade de Recife/PE.

1º Seminário Centro Oeste de Torcidas Organizadas, nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2013, na cidade de Goiânia/GO.

1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas, nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2013, na cidade de São Paulo/SP.

Os Seminários de Torcidas Organizadas conseguiu reunir representantes de torcidas organizadas, das regiões sul e sudeste, norte e nordeste e centro oeste, representantes do Ministério Público, da Procuradoria de Justiça, da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, de membros da Comissão Nacional de Prevenção da Violência nos Espectáculos Esportivos – CONSEGUE e membros das polícias civis e militar.

No decorrer dos Seminários foram apresentados Projetos Sociais realizado pelas torcidas organizadas, palestras dos representantes dos Órgãos Públicos, e um relevante debate entre os participantes no intuito de construir política de prevenção a violências nos espetáculos de futebol, tendo como resultado a assinatura do Manifesto Pela Paz no Futebol.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema informatizado para cadastramento das torcidas organizadas, em complemento ao art. 2º-A do Estatuto de Defesa do Torcedor, visando à integração de membros a projetos governamentais de inclusão social.

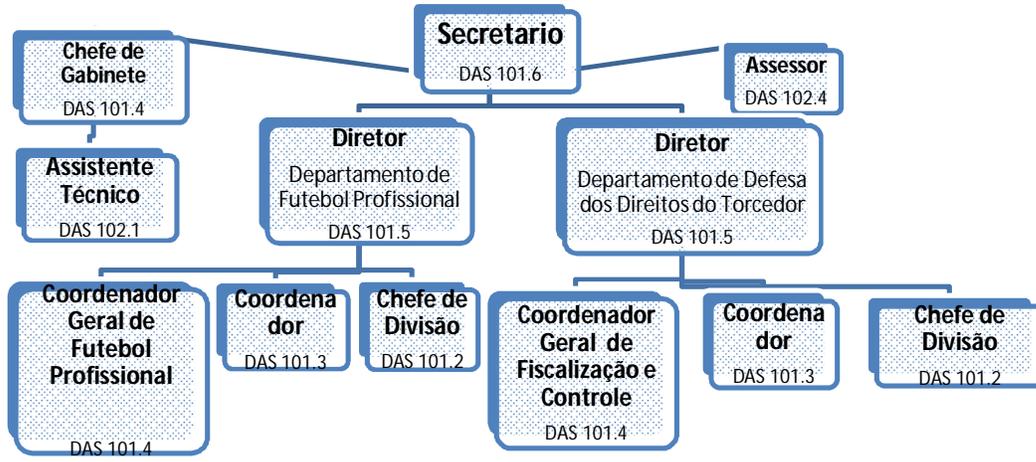
Com a reativação da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos – CONSEGUE, criada pelo Decreto 4.960/2004, foram realizadas reuniões com a finalidade de congregar esforços em grupo de trabalho interministerial, para o desenvolvimento de instrumentos e implementação de medidas que possam assegurar permanente melhoria e aperfeiçoamento das condições de segurança nos locais de práticas desportivas. A referida Comissão foi reativada através da Portaria Interministerial nº 305, de 07/12/2012, publicada no DOU de 10/12/2012.

O Grupo de Trabalho, constituído através da Portaria Ministerial nº 212, publicada no DOU de 13/09/2012, com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, realizou vistorias em 154 estádios em todas as Unidades da Federação para a classificação dos referidos estádios de futebol e aperfeiçoamento dos laudos técnicos, exigidos pelo Estatuto de Defesa do Torcedor.

"O Projeto ME Estádios" encontra-se na fase de levantamento e tratamento das informações coletadas quando da visita aos 152 estádios de futebol distribuídos em todo território nacional, envolvendo as áreas de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos mesmos. Referido trabalho de campo ocorreu no período de 08 a 31 de julho de 2013. O Projeto cumpre agora a fase intitulada "Análise crítica dos dados", com a apresentação periódica dos Relatórios de Progresso."

A SNFDT é responsável pelo gerenciamento de macroprocessos que são: Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor; Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino. Dentro dessas ações (126V e 20JO) desenvolvemos as atividades correlatas as atribuições definidas em lei.

1.3 - Organograma Funcional



2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS:

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.					
Código	0676	Órgão	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa Dos Direitos do Torcedor			
Programa	2035				Código	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Avaliação de Estádios	Visitas in “loco”		154	154	92,77%
2	Seminário de Torcidas Organizadas	Seminário		03	03	100%
3	Promoção da defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino			05	05	100%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código 126 V		Tipo: Custeio				
Título		Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para a segurança do torcedor				
Iniciativa		02J5- Estimulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor				
Objetivo		0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica. Código: 0676				
Programa		Esporte e Grandes Eventos Esportivos Código: 2035		Tipo: Custeio		
Unidade Orçamentária		Ministério do Esporte				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.850.000,00	12.169.871,00	3.317.436,00	2.817.540,00	2.667.255,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Melhorias nas condições de segurança dos estádios, laudos técnicos, projetos básicos e executivos		Visitas "in loco"	166		154	
Seminário Sul Americano de Combate a Violência nos Eventos de Futebol		Seminário	1		1	
II Seminário Norte Nordeste de Torcidas Organizadas e Uniformizadas		Seminário	1		1	
I Seminário Centro Oeste de Torcidas Organizadas e Uniformizadas		Seminário	1		1	
I Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas e Uniformizadas		Seminário	1		1	
Reedição da Exposição do Cinquentenário da Copa de 1962		Exposição	1		1	
Reunião do Grupo de Trabalho com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento de laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795/2009		Reunião	3		3	
Reunião da Comissão Especial de regulamentação do Estatuto de Defesa do Torcedor, constituída pela Portaria Ministerial nº 208/2012.		Reunião	3		3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Instalação Esportiva	Unidade		

A proposta dos Seminários em âmbito regional visa viabilizar o debate buscando alternativas às dificuldades mais específicas das regiões do País, cuja realidade é diametralmente diversa, bem como expor para os dirigentes de torcidas as alterações do Estatuto de Defesa do Torcedor e as punições cabíveis

em esfera cível e criminal aos torcedores ou entidades envolvidas em episódios de violência entre torcidas. Os Seminários têm um viés preparatório para o Campeonato Brasileiro de 2014.

O objetivo desses eventos é o de reforçar esse diálogo, buscando instruir as torcidas organizadas das mudanças implementadas no Estatuto do Torcedor, oferecendo alternativas que visam a pacificação nos estádios, bem como absorver da parte dos envolvidos suas impressões sobre os referidos temas, buscando sempre a paz no futebol e o conforto para os torcedores que freqüentam os estádios brasileiros.

No decorrer dos Seminários foram apresentados Projetos Sociais realizado pelas torcidas organizadas, palestras dos representantes dos Órgãos Públicos, e um relevante debate entre os participantes no intuito de construir política de prevenção a violências nos espetáculos de futebol, tendo como resultado a assinatura do Manifesto Pela Paz no Futebol.

O “*Seminário Sul-Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol*” foi o primeiro a ser realizado no Brasil, com a participação de mestres e pesquisadores sobre o tema. Teve como principais objetivos:

- Analisar as experiências e pesquisas de Países Sul Americanas sobre legislação, segurança e violência no futebol;
- Dar continuidade a elaboração da Política Brasileira de Prevenção da Violência em Espectáculos Esportivos iniciada em março de 2003;
- Produção e publicação de um livro com as contribuições dos convidados;
- Elaboração da Carta Sul Americana de intenções de intercâmbio e colaboração na prevenção da violência no futebol; e,
- Criar uma rede Nacional e Sul-Americana dos pesquisadores de legislação e segurança em espetáculos esportivos, assim como da violência relacionada ao futebol.

Como resultado de experiências e artigos e teses dos participantes do Seminário Sul Americano esta sendo editado um livro cujo tema é: “*Futebol e Violência na América Latina*”.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código 126V		Tipo: Investimento				
Título		Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para a segurança do torcedor				
Iniciativa		02J5- Estimulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor				
Objetivo		Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica. Código: 0676				
Programa		Esporte e Grandes Eventos Esportivos Código: 2035			Tipo: Investimento	
Unidade Orçamentária		Ministério do Esporte				
Ação Prioritária		() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.850.000,00		528.835,00	528.835,00	528.835,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Melhorias nas condições de segurança dos estádios, laudos técnicos, projetos básicos e executivos		Visita "in loco"	166		154	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

O Grupo de Trabalho, constituído através da Portaria Ministerial nº 212, publicada no DOU de 13/09/2012, com objetivo de realizar estudos necessários à elaboração de proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, realizou vistorias em 154 estádios em todas as Unidades da Federação para a classificação dos referidos estádios de futebol e aperfeiçoamento dos laudos técnicos, exigidos pelo Estatuto de Defesa do Torcedor.

"O Projeto ME" Estádios encontra-se na fase de levantamento e tratamento das informações coletadas quando da visita aos 152 estádios de futebol distribuídos em todo território nacional, envolvendo as áreas de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos mesmos. Referido trabalho de campo ocorreu no período de 08 a 31 de julho de 2013.

O Projeto cumpre agora a fase intitulada "Análise crítica dos dados", com a apresentação periódica dos Relatórios de Progresso."

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código 20JO	Tipo: Custeio					
Título	Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino.					
Iniciativa	02J5- Estimulo ao Futebol e Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor					
Objetivo	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica. Código:0676					
Programa	Esporte e Grandes Eventos Esportivos Código: 2035 Tipo: Custeio					
Unidade Orçamentária	Ministério do Esporte					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.267.099,00	2.947.228,00	2.917.228,00	2.697.228,00	2.697.228,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Oficina de Treinamento em El Salvador de Futebol Feminino		Oficina	1		1	
I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub 17		Copa	1		1	
Copa Libertadores da América Latina de Futebol Feminino		Copa	1		1	
Apoio ao Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino		Campeonato	1		1	
Apoio a realização do Torneio Internacional de Brasília de Futebol Feminino Seleções 2013		Torneio	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Projeto apoiado	Unidade		

A proposta de capacitação de Oficina de Treinamento em El Salvador de futebol feminino foi uma iniciativa de grande relevância, pois reforçou o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência. O evento contou com a participação de aproximadamente 450 meninas.

QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
Código 126 V			Tipo: Investimento				
Título			Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para a segurança do torcedor				
Iniciativa			02J5- Estimulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor				
Objetivo			Código:0676				
Programa			Código: 2035 Tipo:				
Unidade Orçamentária			Ministério do Esporte				
Ação Prioritária			<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
528.835,00	528.835,00	528.835,00	Melhorias nas condições de segurança dos estádios, laudos técnicos, projetos básicos e executivos	Visitas “in loco”	166		154

3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Situacional:</p> <p>A programação das ações e os controles internos utilizados pela UJ foram suficientes para estabelecer maior eficiência na execução do planejamento estratégico estabelecido para 2013. Este fato foi motivado, principalmente, pela mudança no foco de atuação da Secretaria para a normatização da defesa dos direitos do torcedor e para o apoio ao desenvolvimento do futebol feminino, vez que as atribuições de planejamento e organização da Copa do Mundo foram direcionadas para a Secretaria Executiva.</p>					

4 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária : Ministério do Esporte			Código UO:51101	UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL					7.150.099,00	
CRÉDITOS	Suplementares				680.129,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)						
Dotação final 2012(B)					25.335.387,00	
Variação (B/A-1)*100						
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			7.967.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos	2.655.667,00			
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		3.335.796,00				
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)						
Dotação final 2012(B)			11.064.612,00			
Variação (A/B-1)*100						

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	180002	153115	278112035126 V0001			2.183.234,80
	180002	240025	27811203520J O0001			852.638,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	180002	153157	278112035126 V0001	528.742,00		
Recebidos						

QUADRO A.4.1.3.1. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte		Código UO:51101		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	1.113.576,66	1.499.580,91	963.291,66	1.499.580,91	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h-i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

A SNFDT descentralizou recurso para Universidade do Rio de Janeiro visando à confecção de estudo para elaboração de novos procedimentos para aprimoramento dos laudos técnicos exigido pelo Decreto nº 6.795 que regulamenta o artigo 23 do Estatuto do Torcedor, e classificação dos Estádios de Futebol conforme suas condições de segurança e conforto.

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:Ministério do Esporte		Código UO:51101		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	708.961,66	1.499.580,92	708.961,66	1.499.580,92	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte				Código UO:51101		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	4.340.603,61	3.682.815,71	3.744.834,46	3.682.815,71	595.769,15		3.744.834,46	3.682.815,71
2º elemento de despesa	1.365.318,00		1.365.318,00				1.365.318,00	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa	4.340.603,61	528.835,00	3.744.834,46	528.835,00	595.769,15		3.744.834,46	528.835,00
2º elemento de despesa	1.365.318,00		1.365.318,00				1.365.318,00	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte			Código UO:51101		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	1.304.730,81	1.499.580,91	708.961,66	1.499.580,91	595.769,15		708.961,66	1.499.580,91
2º elemento de despesa	1.365.318,00		1.365.318,00				1.365.318,00	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

POSIÇÃO EM 31.12.2013

CNPJ:			UG/GESTÃO:							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
1	786296/2013	Confederação Brasileira de Desporto Escolar	765.318,00					26/09/2013	26/12/2013	
1	786434/2013	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR	600.000,00					24/10/2013	24/12/2013	
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso <p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 										
Fonte:										

5 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		0	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		0	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				1
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	9	3	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	12	9	3	2

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		9	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				1
1.2.4. Sem Vínculo	12	9	3	2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	9	3	3

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	2	3	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	3	2	1
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	1	2	3	2	1

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	3	5	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	3	5			
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	3	5	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	27.777,00	0,00	383,00	1.200,00	5.590,00	3.290,00	22.330,00	13.800,00	0,00	74.370,00
	2011	18.600,00	0,00	9.568,00	1.980,00	3.200,00	960,00	12.400,00	0,00	0,00	46.708,00
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	15.648,00	842.262,00	72.267,00	15.668,00	375.085,00	15.807,00	26.790,00	0,00	0,00	1.363.527,00
	2012	6.520,00	695.158,00	54.268,00	21.945,00	246.650,00	7.980,00	38.763,00	991,00	0,00	1.072.275,00
	2011	0,00	229.330,00	51.600,00	14.000,00	114.500,00	3.250,00	0,00	0,00	0,00	412.680,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										

9 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

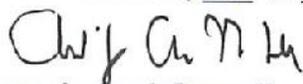
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	2	3	9
	Não cumpriram a obrigação			

QUADRO A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Antonio José Carvalho do Nascimento Filho, CPF nº 606.674.357-00, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, exercido na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor/Ministério do Esporte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de 03 de 2014.



Antonio José Carvalho do Nascimento Filho

CPF: 606.674.357-00

Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO A.11.2.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa do Direito do Torcedor	180074	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2013 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) O Imobilizado não condiz com a realidade uma vez que não foram adotados critérios de depreciação, amortização e exaustão até a presente data, bem como há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Patrimônio utilizado no órgão.</p> <p>b) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o sistema de Almoxarifado utilizado no órgão.</p> <p>Os Demonstrativos de Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	28/03/2014
Contador Responsável Carolina Nascimento Cavalcante	CRC nº	020414/O-4

Carolina Nascimento Cavalcante

Carolina Nascimento Cavalcante
 Coordenadora/Contabilidade
 CRC/DF - 020414/O-4
 Ministério do Esporte